



History of Education in Latin America - HistELA

This work is licensed under a [Creative Commons — Attribution 4.0 International — CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Trajetos e memórias de Matilde Ribeiro na Política de Igualdade Racial – Seppir (2003-2008)

Journeys and memories of Matilde Ribeiro in the Racial Equality Policy - Seppir (2003-2008)

Ivan Costa Lima

Orcid: 0000-0001-8332-6644

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, Redenção, CE, Brasil,
Email: ivanlima@unilab.edu.br

DOI: 10.21680/2596-0113.2025v8n1ID42101

Citation: Lima, Ivan Costa. (2025). Trajetos e memórias de Matilde Ribeiro na Política de Igualdade Racial – Seppir (2003-2008). *History of Education in Latin America - HistELA*, 8(1). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/42101>

Conflito de interesses: Os autores declaram que não existem interesses concorrentes.

Editora: Olivia Morais de Medeiros Neta

Recebido: 15/11/2025

Aprovado: 22/12/2025

OPEN ACCESS

Resumo

A pesquisa sistematiza conhecimentos sobre a ação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – Seppir. O objetivo é compreender o papel da Secretaria na condução de políticas públicas em educação para a população negra. Com isso, debater entre os setores governamentais e da sociedade civil, com o Movimento Negro. A problemática diz respeito ao desconhecimento das ações para a implementação da igualdade racial no período compreendido pela condução de Matilde Ribeiro, na área educacional. Metodologicamente se utiliza da pesquisa qualitativa documental e bibliográfica; da pesquisa narrativa biográfica, centrada na trajetória da ex-ministra em tela. Espera-se, configurar um quadro mais amplo das políticas educacionais voltadas para a população negra e os desafios para sua consolidação.

Palavras-chave: Matilde Ribeiro. Políticas Públicas. Educação. Mulher Negra.

Abstract

This research systematizes knowledge about the actions of the Secretariat for the Promotion of Racial Equality (SEPPIR). The objective is to understand the Secretariat's role in conducting public education policies for the Black population. This involves a debate between government sectors and civil society, including the Black Movement. The problem concerns the lack of knowledge about actions taken to implement racial equality during Matilde Ribeiro's tenure in education. Methodologically, it utilizes qualitative documentary and bibliographic research; and biographical narrative research, focusing on the trajectory of the former minister. It is expected to create a broader picture of educational policies aimed at the Black population and the challenges to their consolidation.

Keywords: Matilde Ribeiro. Public Policies. Education. Black Woman.

Introdução

Este artigo é parte de uma proposta mais ampla que engloba diferentes grupos de pesquisaⁱ da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab/CE, no sentido de sistematizar a trajetória social, política e intelectual de Matilde Ribeiroⁱⁱ, em especial de sua atuação como ministra da Igualdade Racial do governo Lula, no período de 2003 a 2008. Projeto apresentado ao Edital Proppg 01/2023 - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC da Unilab, aprovado em setembro de 2023. Uma das linhas de atuação do projeto de pesquisa se direciona a área da educação e das políticas que foram desenvolvidas, tendo como centralidade a população negra.

Desta forma, o estudo foi direcionado para a compreensão dos caminhos realizados pela Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial – Seppir, nas proposições, entre outras, como da lei 10639/2003, que institui história e a cultura africana e afro-brasileira na educação básica brasileira, bem como, aos desafios para a institucionalização das cotas raciais no ensino superior, e as publicações que resultaram destas iniciativas governamentais.

O problema norteador situa-se nas seguintes questões: Quais foram os desafios, problemas e facilidades para a condução da Seppir por sua gestora Matilde Ribeiro? De que forma se estabeleceu os debates para as políticas educacionais direcionadas para a população negra?

Nessa direção, as discussões remetem para a sistematização de conhecimentos, a partir da trajetória da professora Matilde Ribeiro, considerando-a como uma agente social que conduz uma estrutura estatal, ao mesmo tempo em que, entrecruzando sua vida como possibilidade de orientar suas ações e, consequentemente, sua prática social e política.

Sobre isso, a professora Matilde torna-se agente público na interação entre o eu e a sociedade, em especial, por ser uma mulher negra que representa um projeto político de mudanças sociais. Desta forma, torna-se evidente compreender esta dinâmica de atuação institucional, social e política, que diz respeito à busca de direitos para a população negra em diferentes setores, que foram reivindicados ao longo da história nacional.

Assim, num momento de retomada do Estado por um projeto emancipador, faz-se necessário evidenciar os caminhos, anteriormente percorridos, para a instituição de

políticas públicas voltadas para a população negra na área da educação. Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003, que já havia se comprometido com o avanço institucional da pauta racial em nível de políticas públicas, o Brasil assiste, pela primeira vez, a questão racial ser elevada ao status de política de Estado. A criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, em 2003, pode ser considerada um exemplo dessa mudança.

Observa-se que o papel da Seppir foi de articular com diferentes áreas do governo federal ações integradas e articuladas para a igualdade racial, pensada como princípio que apregoa o tratamento igualitário, oportunidades iguais e acesso de direitos as populações subalternizadas na sociedade brasileira.

Fica evidente, que a retomada deste debate, a partir da trajetória da professora Matilde Ribeiro torna-se importante, muito em função das dificuldades políticas e sociais, implementadas nos últimos anos num viés de extrema-direitaⁱⁱⁱ, que, entre outras questões, tentaram desmontar as ações governamentais para o enfrentamento do racismo, da afirmação da identidade negra e na manutenção de conquistas sociais.

Assim, busca-se discutir no âmbito educacional elementos que ampliem a visibilidade dos debates, dos avanços e dificuldades, das interlocuções com os movimentos sociais, em especial o Movimento Negro (MN) para garantir para a população negra a manutenção de direitos sociais, traduzidos pela legislação federal na área da educação. Tendo em vista, como aponta Lima (2017) que a tarefa do MN em sua dinâmica social é reconhecida como força política, que problematiza o racismo, na exigência da necessidade de políticas públicas; no debate em torno da ideia de raça como um construto social, num contexto no qual as relações de poder pretendem que negros e negras sejam vistos de forma inferiorizada.

Desta forma, se pretende propiciar um olhar sobre a trajetória de uma agente social e política, que a partir de suas ações e trajetória de vida, contribuiu para modificar através da ação governamental mudanças na estrutura da sociedade.

Dimensões teórico-metodológicas

A pesquisa pretende ser uma contribuição para que diferentes instituições educativas possam conhecer os embates institucionais, que pretendem romper com o desafio de combate ao racismo. Isto, torna-se evidente por parte das universidades públicas em torno do debate das relações étnico-raciais, levando-se em conta políticas como as ações afirmativas, as cotas raciais, introdução de história e cultura afro-brasileira e africana e estudantes negros na pós-graduação, assim como, atentar para o localizar proposições pedagógicas construídas pelo Movimento Negro, como aponta os estudos de Lima (2017; 2021), pois, se discute existir um desconhecimento da sociedade sobre este tema.

Assim, ampliar para dentro e fora da academia, os desafios enfrentados no que se refere as ações desenvolvidas pela Seppir, significa compreender a relação entre o fazer militante, intelectual e institucional. Elementos que podem contribuir para a disseminação de processos sociais, culturais e políticos, em especial na educação brasileira, relacionando as dinâmicas em torno do pertencimento racial, da identidade e consolidação da democracia, direcionadas à população negra, elementos trazidos pela política nacional (Brasil, 2004).

De maneira transversal, pode-se discutir também, o papel de mulher negra, feminista e intelectual dentro da estrutura governamental, no que se refere a se afirmar identidade, desconstruir estereótipos e desafiar o racismo, portanto, a necessária

motivação para lembrar, registrar e trazer esta história, a fim de se construir uma interpretação sobre a realidade.

Sobre isso, atribui-se às Universidades responsabilidades fundamentais para a construção do processo de entendimento da educação das relações étnico-raciais prevista nas Diretrizes Nacionais (Brasil, 2004), que exige mudanças profundas nas instituições de ensino superior. Silva e Pereira (2014, p. 24) alertam para o fato de que a construção de competências legítimas, no quadro de uma sociedade excluente, racista, discriminatória inclui experiências de ruptura com o modelo tradicional de universidade. Assim, espera-se mudanças significativas nos processos de ensino-aprendizagem e nos conteúdos educacionais que dizem respeito à população negra, cuja cultura expressa uma dinâmica que tem como potencial a ação humana transformadora das relações com a natureza, com sua própria comunidade e com outras.

Neste sentido, o estudo deve descortinar um tema importante para a sociedade, especialmente, por discutir sobre as políticas públicas voltadas para a população negra na educação, podendo oferecer significativas contribuições no sentido de reunir informações que contribuam no aprimoramento da igualdade racial em diferentes regiões do país. Do ponto de vista de sua contribuição para a Unilab, significa construir conhecimentos sobre a realidade nacional, afirmando-se seu papel formador, trazendo consigo a noção de que saberes são necessários para superar o desconhecimento de trajetos históricos construídos por integrantes do Movimento Negro, no campo institucional.

Nesta direção, conforme veremos ao longo do artigo, a criação da UNILAB se caracteriza como uma ação afirmativa, que tem estreita relação com a História do Brasil, em especial a história afro-brasileira. Dentre as suas muitas atribuições políticas e educacionais, a UNILAB compromete-se com a construção de uma sociedade não racista e plural, debate que se estrutura em seus cursos de Graduação, no sentido de formar profissionais pautados pelo compromisso de respeitar, valorizar e disseminar os valores e princípios de base africana e afro-brasileira.

Com isso, tem-se uma pesquisa de base qualitativa nos usos das dimensões bibliográficas, históricas e com análises resultantes de entrevistas narrativas e biográficas, conforme apontam Valente; Silva e Jucá (2025). Aqui, o principal foco será no estudo de narrativas como polo de investigação social, como explica Goss (2021, p. 224):

O uso de narrativas como forma de expressão, de narrar um fato ou contar uma história está presente em toda experiência humana. O contar histórias implica a construção de estados intencionais [...] acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal.

Uma das referências para a entrevista narrativa foram os estudos de Schutze (2021, p. 212) que se orienta na reconstrução dos acontecimentos sociais a partir da perspectiva do informante. Para tanto, segundo este autor a “entrevista narrativa comprehende um primeiro passo que é orientada pela autobiografia dos sujeitos, seja sobre a história de vida ou sobre uma fase da história de vida que interessa particularmente sob o ponto de vista sociológico”.

A segunda seria a problematização de segmentos da vida do entrevistado oferecendo informações adicionais. Na terceira parte tem-se a explicação de situações e contextos, nessa fase, escreve o autor: “De agora em diante, trata-se de explorar a capacidade de explicação e de abstração do informante como especialista e teórico de seu eu [...]” (Schutze, 2021, p. 213). Com isso, Matilde Ribeiro é a especialista a

frente da Seppir e as discussões que foram travadas para a constituição de políticas públicas na área da educação direcionadas para a população negra.

Desta forma, o conjunto de ações, desafios e avanços da ação institucional preconizada pela Seppir, na figura de sua ministra, podem configurar conhecimentos necessários a todos aqueles que pretendem compreender as práticas e ações governamentais, para o enfrentamento do racismo e toda forma de discriminação presentes na realidade brasileira. Conhecer para se ter uma melhor possibilidade para modificar a realidade, de forma crítica e reflexiva.

Para dar conta dessas dimensões foram realizados dois momentos de escuta com a professora Matilde Ribeiro, a partir de entrevistas semiestruturadas, com cerca de 20 perguntas, divididas em dois momentos: o primeiro com foco nas experiências pessoais, políticas e profissionais, e como isso leva a organização institucional da Seppir, e os caminhos para sua efetivação no governo; o segundo momento, com foco nas políticas públicas, em especial, no que se refere a educação de uma maneira mais ampla, não apenas escolar.

A entrevista inicial foi realizada em 16 de outubro de 2023, na residência da professora, onde se registrou seu percurso pessoal, político e social até a chegada a Seppir, elementos que vão reafirmar a ocupar o espaço da gestão. A segunda entrevista foi realizada no dia 17 de novembro de 2023, também na residência da professora, onde o foco foi a compreensão da atuação frente a gestão da Seppir e os debates sobre as políticas educacionais, os desafios para sua implementação para a população negra, diálogos sobre as políticas para quilombos, a lei 10639/03, políticas internacionais, entre outros, como a constituição da Unilab.

Da ação familiar aos desafios da gestão federal

Para percorrer os caminhos que levam a trajetória de Matilde Ribeiro, inicia-se por sua apresentação, que nos leva a conhecer desde sua atuação como professora, passando por suas lembranças familiares e profissionais, que irão desembocar na gestora pública, para um desafio novo e desafiador na política nacional.

Assim, apresenta-se Matilde Ribeiro: assistente social, mestre em psicologia social e doutora em Serviço Social, atualmente professora da Unilab/CE no curso de pedagogia, nascida em São Paulo, com extensa participação política no debate racial e da ação das mulheres negras no Brasil. Aqui é interessante, a partir das reflexões efetuadas pela entrevistada, trazer sua fala sobre seu momento atual que se interligam a ação dentro da gestão pública federal. Assim, Matilde diz:

Em geral, as pessoas quando fazem essa pergunta elas querem saber o oficial e o oficioso. No oficial, indo daqui para trás, hoje eu sou professora, na área de pedagogia da UNILAB, aqui no Ceará, isso vai para quatro anos, mas eu estive antes praticamente cinco na UNILAB Malês, eu entrei por um concurso em 2013 voltado a ciências sociais aplicadas, considerando que eu sou assistente social, então eu comecei no BHU, em 2014 no Malês (Ribeiro, entrevista, 2023a).

Para além dessa inserção, é importante para as reflexões deste trabalho, retomar aqui outros processos que estruturam a condição de ser negro/a numa época de negação do racismo. Ver-se-á que a memória de como se deu a consciência negra concedeu elementos para uma ação política, que efetivamente se elabora em função de variados caminhos sociais, políticos e culturais seguidos por sua autora.

Neste sentido, a identidade racial ganha expressão e processos complexos com a sociedade abrangente, deixando evidente com isso que: “Nenhuma identidade é

construída no isolamento. Ao contrário. É negociada durante a vida toda por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os outros” (Gomes, 2002, p. 21). Sobre isso Matilde apresenta:

Eu nunca tive dúvida que era negra, mas eu nunca fui politizada, nunca até um determinado momento, por que eu nunca tive dúvida? Porque a minha família toda negra, ela sempre foi uma família muito integrada, muito afetiva, muito coletiva, desde criança na minha casa sempre teve agregados, sempre teve relação, era um espaço de sociabilidade a minha casa, sempre foi e é até hoje. Eu tenho cinco irmãs, são três do primeiro casamento do meu pai e duas do segundo casamento, a minha mãe morreu quando eu tinha quinze anos, eu me tornei mãe das outras. Em um traço de uma família pobre do interior de São Paulo, nós começamos a trabalhar muito cedo, tanto eu quanto a Manu (irmã mais velha) e como mulher, na batida de sempre, criança cuidando de outra criança, depois emprego doméstico, depois trabalhar em bodega, qualquer coisa perto de casa, e com quatorze anos carteira assinada (Ribeiro, entrevista, 2023a).

Aliado a ideia de trabalho doméstico elemento presente em grande parte das famílias negras brasileiras, as sociabilidades e encontros festivos marcam o trajeto rico de forma diversa e de proteção a uma sociedade excludente fora deste seio.

A minha casa sempre foi o lugar da festa, o lugar do samba, o lugar da fogueira o lugar das conversas fiadas, era tudo na minha casa porque a minha avó materna morava com a minha mãe desde que ela se casou, então virou a casa de todo mundo e nesse casa entrava todo mundo, o preto, o branco o japonês, os meus tinham o histórico de que quando eles se casaram eles moravam na roça e naquela época os pobres, que eram os trabalhadores rurais conviviam lá na roça [...] na minha família nunca se falou sobre racismo, nunca teve politização sobre isso, mas tinha um “que” de convívio igualitário e nós filhas da minha mãe por sermos as filhas da casa sede da família, nós éramos muito mimadas pelos tios e tal, a gente se achava linda, não tinha esse problema. O problema do racismo eu fui entender na fase da pré-adolescência, a coisa começou a ficar feia ali, então a bonitinha que eu era dentro de casa na rua eu era feia, o cabelo tinha que ser alisado, aí começaram as pressões do convívio étnico-racial e aí a gente se auto protegia na família (Ribeiro, entrevista, 2023a).

Aqui a entrevistada discute haver perigos sociais em face ao pertencimento racial, onde a família é referência fundamental para a proteção, no entanto, as mazelas do racismo será inicialmente enfrentada como parte do ingresso no ensino superior:

Eu sempre me senti muito protegida e muito acolhida, quando eu me dei conta do mundo lá fora, aí era uma tragédia porque eu não aprendi a me defender, aí começaram os problemas. E eu fui ruminando isso, fui jovem no final dos anos setenta e início dos anos oitenta. Entrei na PUC exatamente em oitenta, então a entrada na universidade foi o diferencial, antes disso tinha uma vivência de resistência mas não tinha discussão sobre isso, as vivências eram os bailes negros, hoje eu já que a minha primeira militância foi ser bailarina, eu comecei muito cedo a frequentar os bailes blacks, inclusive estimulada pelo tio e a irmã mais velha, a minha irmã usava black power, meu tio usava calça bocasino, tudo isso, e eles me levava, eu com treze anos comecei a ir em bailes blacks, ninguém me via, óbvio, eu vivi isso até a época que eu entrei na PUC em oitenta. [...] Ao entrar na faculdade, o serviço social da PUC é muito politizado, marxista, os anos oitenta foram anos, entre aspas, de revolução cultural e política, então eu comecei a viver aquilo de uma maneira muito intensa [...] Eu até tenho uma poesia que eu não falo com esses termos que eu estou falando aqui para vocês, mas a poesia chama-se “Não ao xingamento”, aí eu conto o que é ser chamada de ‘neguinha fedida’; o que isso interfere na vida até vocês descobrir que é negro lindo que era o que Movimento Negro nos anos oitenta pregoava, então a vida mudou aí. (Ribeiro, entrevista, 2023a).

Por outro lado, essa vivência universitária coloca de frente a processos partidários:

Quando eu fui estudante da graduação, entre oitenta e oitenta e três eu inconscientemente fiz a escolha, eu estudei, então tudo acontecia, a PUC era um celeiro político, tudo acontecia [...] eu tive professores que encontrei na vida política, a queridíssima Erundina, ela hoje é do PSOL, é deputada federal pelo PSOL mas ela começou a vida como figura pública em São Paulo no PT como vereadora, ela foi vereadora, prefeita e ela era professora da PUC, então a Erundina pegava a gente pela mão e levava para tudo que acontecia, estou usando ela como exemplo, mas vários e vários outros nesse “naipe”, muitas mulheres também, então eu fui me tornando essa pessoa entregável que a vida política faz a gente ser e aí você ligou com o fato de eu ter sido ministra, foi a militância política, primeiro eu tive militância tripla, o tempo todo, quadrupla na verdade, PT, Movimento Negro, Movimento feminista e mulheres negras, teve tudo isso ao mesmo tempo, então foi isso que me levou a ser ministra (Ribeiro, entrevista, 2023a).

Percebe-se como o conjunto de elementos familiares, educativos e culturais vão contribuir na qualificação de Matilde Ribeiro, dando-lhe instrumentos para o exercício de atuação na gestão pública, como veremos seguir.

Construir o novo, construir a Seppir

No que refere a Seppir como instituição pública, a professora Matilde Ribeiro relata que ela se trata da primeira experiência de institucionalizar a igualdade racial como política de Estado, mesmo considerando os limites de sua atuação, já que nasce como uma secretaria com status de ministério. Sua indicação vai ser dada por sua atuação profissional, conforme relata:

Em termos da militância, o start mesmo da militância, foi no meu primeiro trabalho como assistente social em oitenta e quatro, terminei a graduação em oitenta e três e, em oitenta e quatro, eu prestei uma seleção para a prefeitura de Osasco na grande São Paulo, a equipe que foi contratada era multiprofissional e foi selecionada para montar políticas de creches públicas em Osasco [...] então em dois mil e dois no processo preparatório para a campanha do presidente Lula, houve um encontro nacional do PT para discutir estratégias para a campanha, eu não estava neste encontro, de negros estavam lá Flávio Jorge, Carlos Porto e Martvs Chagas que tinha sido ou eram os três secretários nacionais do combate ao racismo do PT e eram da direção do PT [...] Quando foi indicado o meu nome, foi referendado por esses outros que eu falei a premissa era que a pessoa tivesse capacidade de escrita e relacionamento amplo (Ribeiro, entrevista, 2023a).

A partir disto, houve toda uma movimentação política para a implementação de um ministério que pudesse dar consequência a pauta racial, no entanto, naquele momento a Seppir torna-se uma secretaria especial, muito em função das dificuldades de convencimento de diferentes setores dentro do governo Lula, como salienta a entrevistada:

[...] porque nós exigimos um ministério, não havia convencimento por parte do governo Lula naquela gestão de colocar essa situação chamada das minorias no mesmo status, então assim, não havia convencimento de colocar igualdade racial no mesmo status de saúde ou educação, então os brancos sempre inventam moda, né? Chegamos a esse formato, então assim, nós participamos da negociação, mas tem hora que se perde, foi o lance de lançar os anéis para não perder os dedos, e mesmo agora que existe o ministério da Igualdade racial, o ministério da mulher, existe estruturalmente, institucionalmente é um ministério, mas não tem orçamento (Ribeiro, 2023a, entrevista concedida).

Mesmo com este formato, era necessário se pensar como se constituiria um órgão orientado para a política de igualdade racial, já que não havia nada sistematizado em termo organizativo sobre isto, como relembra a entrevistada:

O desenho estrutural da SEPPIR e essa amarração que eu te falei que nós construímos, isso não estava escrito, não estava escrito em lugar nenhum, nós fomos fazendo a partir de trocas e de sentar a bunda na cadeira e falar: “Tô com isso na mão, o que eu faço agora”? Eu não sei se comentei contigo da outra vez a primeira conversa que eu fui fazer, que eu fiz fora do governo que eu fui empossada, foi com o Abdias, reconhecendo que ele foi o primeiro gestor, aí quando eu falei para ele: “Abdias e agora?”, ele falou assim, me chamava de menina, ele falou assim: “menina, não se faz omelete sem quebrar ovos”. Essa frase é forte, né? eu fui aprendendo na prática assim como Lula também [...] (Ribeiro, 2023b, entrevista concedida).

Definida a estrutura inicial da Seppir, que não caberá ampliar neste momento, Matilde Ribeiro dentro dos limites institucionais, buscará a formulação de políticas públicas, ouvindo os movimentos sociais e os acúmulos históricos sobre a questão racial no Brasil.

Neste sentido, as comunidades quilombolas e a educação serão os elementos centrais para sua atuação. Assim, as definições das políticas necessárias para a atuação de Matilde Ribeiro dentro da Seppir se deram a partir dos acúmulos do programa de governo do governo Lula chamado Brasil sem racismo, realizado em diferentes seminários pelo PT na campanha eleitoral de 2022, conforme pontua a entrevistada:

[...] na direção geral da campanha mas esta pessoa que assumiu a coordenação que por acaso foi eu, o papel era coordenar a promoção de debate nacional, vinculando movimento negro e PT, sobre as sistematizações das reivindicações para fazerem parte do programa de governo do Lula, então nós realizamos seis seminários, um em cada região do Brasil e um nacional, então eu fui responsável por fazer a sistematização disso e transformar isso no programa: “Brasil sem racismo”, que nós denominamos como Brasil sem racismo, que foi a peça de campanha em dois mil e dois com o presidente Lula (Ribeiro, 2023a, entrevista concedida).

O programa, de certa forma, desenha parte das reivindicações exigidas pelo movimento negro ao longo de sua história nacional, agregando solicitações antigas como a educação, bem como novas, como foi o caso das ações afirmativas, sobre isto Matilde apresenta:

[...] o movimento negro tava batendo muito na tecla da ação afirmativa que ainda não era exatamente no formato que vem a ser a política de cotas, a doze mil setecentos e onze (12.711) e nem a dez mil seiscentos e trinta e nove(10.639), mas tinha uma nuvem mais geral que tinha que ter ações afirmativas, que já constava desde o documento da marcha e também trabalho, tinha uma construção para políticas de trabalho, dessa você participou bastante a partir de Florianópolis, a relação com a CUT (Ribeiro, 2023a, entrevista concedida).

Por outro lado, tinha-se como papel da Seppir dar respostas a outros acúmulos da militância negra lembrada aqui por Matilde Ribeiro:

Então tinha bastante formulação e tinha também saúde da população negra, as mulheres negras, uma estratégia enquanto negociadores, elas bateram muito tempo de porta em porta para construir os princípios da política de saúde para a população negra, tendo como foco “saúde da mulher”. Então tinha uma cartilha para a política de saúde, o trabalho tinha um acúmulo desde a CUT com uma relação também com a CUT e educação, então o movimento negro tinha essas três coisas mais de dianteira (Ribeiro, entrevista concedida, 2023a).

Ao mesmo tempo em que se inseriam preocupações como as relações internacionais, que se tornou, no dizer de Matilde uma preocupação, em função da necessidade de aproximação com as experiências dos países africanos e latino-americanos, que ainda eram poucos exploradas no período, conforme relata a colaboradora:

[...] e teve outras que eu aprendi, por exemplo, relação internacional foram abertos muitos caminhos para a política de cooperação internacional tendo como foco em questão racial, mas isso não aparece nos nossos documentos. Não tava nos documentos anteriores, não tava no “Brasil sem racismo” nem na marcha, esse “boom” das relações internacionais vem da relação do movimento negro brasileiro com o movimento negro latino-americano, em especial, tinha aliança não sei se existe hoje uma articulação que envolvia setores do movimento negro e de vários países, países de maioria negra Perú, Uruguai, Equador [...] (Ribeiro, entrevista concedida, 2023a).

Assim, o relato evidencia as relações que o movimento negro foi criando, como parte da internacionalização da luta antirracista, em especial na América latina.

Articulando as políticas educacionais

A Seppir enquanto secretaria especial foi criada em 21 de março de 2003, em função desta data ter sido instituída como do Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, efeméride instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), em referência ao Massacre de Sharpeville, ocorrido na mesma data, em 1960, em Johanesburgo, África do Sul sob o regime do apartheid.

Desta forma, entre outras questões a Seppir tem como missão “formular, articular e coordenar políticas para a superação do racismo e a promoção da igualdade racial” (Caderno Seppir, 2003, p. 235). Tais políticas deveriam atingir todas as áreas da administração pública, já que a Seppir tinha um caráter articulador entre diferentes esferas da administração federal, entre elas a dimensão educacional, em especial pela aprovação de uma legislação antirracista neste âmbito.

Em termos diretos, a Seppir ainda não existia quando da promulgação da lei 10639/2003, no entanto, é uma legislação que teve um percurso importante para sua efetivação e que desemboca na sua efetivação como política no governo Lula em 2023, como se apreende da fala de Matilde:

A SEPPIR não existia, em janeiro [...] em relação ao que veio a ser a lei 10639, eu sempre falo o seguinte, por mais genial que o Lula seja, ele não é mágico, [...] porque lá em 2003, o que eu li, o que eu troquei de informação é que tinha um trabalho, que tinha a digital do Trairim, da Benedita da Silva, da Ester Grossi e do Bem Hur. A Ester Grossi e o Bem Hur foram os que tinham a construção de um PL, que foi a base para gerar a lei 10639, então é processo antigo, fazendo valer o que dizia Abdias, desde que o primeiro e a primeira negra, os africanos, chegaram aqui na como seres humanos escravizados, existe a luta por liberdade e direitos e educação sempre foi um cargo chefe no processo organizativo do movimento negro , então na verdade o Lula foi presenteado neste processo e soube usar (Ribeiro, entrevista concedida, 2023b).

Um elemento importante anotado no trabalho acadêmico da professora Matilde, diz respeito ao papel da professora Petronilha junto ao Conselho de Educação, no sentido de institucionalizar esta legislação:

Após a aprovação da lei 10.639, um passo importante foi a garantia de representação do Movimento Negro, nos anos 2002 a 2004, pela conselheira Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva do Conselho de Educação junto à Câmara de Educação Superior, sendo responsável pela elaboração do parecer CNE/CP 3/2004, que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para

o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, instituída pela Resolução CNE/CP 1/20024. (Ribeiro, 2014, p. 264).

Esse processo, é particularmente importante, em função de se ter uma política pública acalentada pelo Movimento Negro e a inserção nos currículos escolares deste debate. Desta forma, promulgada a legislação educacional a Seppir vai contribuir para sua implantação, a partir de um processo significativo para a formação de educadores/a preconizado pela lei, que foi o projeto a Cor da Cultura, conforme narra a entrevistada:

Uma discussão mais pública sobre a implementação da lei 10639 começou na SEPPIR, eu estou até escrevendo sobre isso. Logo que a SEPPIR foi criada eu fui procurada por três dos nossos, são eles: Vânia Santana, Luiz Pilar, produtor da Globo, e Antônio Pompeu, ator. Os três chegaram com um desenho de um projeto e falaram assim: "Matilde, vamos tirar essa lei do papel?". O Pilar é funcionário da Globo e produtor cultural autônomo, então ele nos levou para dentro da rede Globo para conversar com o gerente de responsabilidade social, a partir desse caminho surgiu o programa A Cor da Cultura, que nós depois de fazer esse caminho nós procuramos o MEC [...] então o programa A Cor da Cultura teve esse surgimento e ele foi o primeiro programa que levou o governo federal a começar discutir a implementação da Lei 10639 em municípios e estados (Ribeiro, entrevista concedida, 2003b).

A Cor da Cultura é uma das importantes ações, no sentido em dar materialidade a formação de educadores/as na implementação da lei 10639, e contou com a participação do Governo Federal, através do Ministério da Educação pela atuação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), elaborado em 2005 em uma parceria da SEPPIR, da Petrobrás, do CIDAN, a TV Globo, a TV Educativa e o Canal Futura, tendo como missão esforços para a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro.

Conforme relata Matilde Ribeiro esse programa por seu escopo deveria ser gerido pelo Ministério da Educação, já que pretendia atingir a formação de educadores/as em diferentes municípios ao longo do Brasil:

Pegando o exemplo do programa A Cor da Cultura, ele naturalmente deveria ser um programa gerido pelo MEC. A SEPPIR não teria estrutura para isso, conforme foi crescendo a proposta, a SEPPIR ficou como uma consultora, como uma colaboradora dentro do processo. Mas ele foi para dentro do MEC, isso é, a prática, a ideia da transversalidade, ela se concretiza a partir desses caminhos. Uma outra questão também em relação ao MEC que nós tivemos bastante incisão foi a atuação junto com a Petronilha para a construção das diretrizes, aí já não era mais eu diretamente, foi o Nogueira que capitalizou isso, ele na época secretário de ações afirmativas, tinha conhecimento de causa. A Petronilha foi apoiada tanto pelo MEC quanto pela SEPPIR e outro processo foi a discussão de cotas ((Ribeiro, entrevista concedida, 2003b).

Sobre isso, localiza-se no Caderno (2023, p. 20), que presta conta das ações da Seppir no ano 2003, a discussão da educação como parte das ações afirmativas direcionadas para a população negra:

2.3.1 – Educação e ações afirmativas

Com o objetivo de organizar ações efetivas para implementar o Programa de Inclusão da População Negra na Educação Brasileira, a Seppir elaborou, em parceria com o Ministério de Educação, três importantes documentos que se constituirão nos pilares básicos e fundamentais no que tange à política de inclusão dos diversos grupos étnicos, em especial, a população negra, no processo educacional brasileiro. São eles: • Protocolo de Intenções, criando um instrumento formal, no âmbito do Governo Federal, para a execução de ações que promovam igualdade racial no sistema educacional brasileiro; • implementação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, prevendo o ensino de História da África no ensino público; • convênio com o Programa Diversidade na Universidade para proceder à sua reformulação nos seguintes termos:

acompanhamento e avaliação do programa e identificação de especialistas e instituições para desenvolver pesquisas e estudos; • Portaria Conjunta nº 2.430 de 9 de setembro de 2003, criando o Grupo de Trabalho Interministerial, composto por 11 organismos do Governo Federal, com a finalidade de efetivar a proposta de Ação afirmativa visando a criação de cotas para negros nas universidades.

Na esteira de outras políticas públicas encampadas pelo Ministério de Igualdade Racial, devemos mencionar os debates travados para a constituição de cotas raciais, apesar das dúvidas existentes dentro do governo Lula, naquele período, diz a professora Matilde:

[...] as cotas essa demanda que vem bastante consolidada por parte do movimento social, aí diversas entidades [...] o desenho do que foi a marcha de 95, então vem as entidades com densidade para reivindicação, aí nós criamos um grupo de trabalho que era coordenado pela SEPPIR e pelo MEC, quem acompanhou esse trabalho foi também o Nogueira, e aí o pau comeu, né? porque não havia convencimento ainda por dentro do governo federal de que era para ter um investimento em cotas e o próprio Lula não estava convencido, no início o governo, o ministro, que era o Cristovam Buarque, nem o ministro da educação e nem o presidente da República estavam convencidos (Ribeiro, entrevista concedida, 2023b).

Assim, pode-se a partir desta trajetória vislumbrar o desafio na consolidação de um órgão governamental assentado na igualdade racial, que chega na constituição aos longos dos anos, em diferentes instrumentos de políticas, como o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial e as conferências fomentadas por todo o país, que pelo limite deste artigo não poderá ser mais bem debatido.

Considerações finais

Ao chegar ao final deste trajeto, considera-se que Matilde Ribeiro se coloca como uma agente essencial para consolidar a igualdade racial como política de Estado, num período em que não se sabia muito bem como fazer. Mas, os diversos papéis de liderança e base profissional e social deram sustentáculo a sua ação.

Desta forma, evidencia-se, o alcance do principal objetivo traçado que foi contextualizar essas políticas públicas no governo Lula, com seus avanços e retrocessos. A metodologia com foco na entrevista narrativa traz os desafios pelos relatos qualificados de quem viveu este tempo.

Considera-se, portanto, que a professora Matilde, diante dos desafios enfrentados como gestora, carrega o peso próprio da história, afinal tinha que dar conta de reivindicações históricas, firmadas nas identidades, na desconstrução de estereótipos, em desafiar a invisibilidade e romper o silêncio, em especial, sobre a população negra. Como dito, mesmo quando se desconfiava se esses temas poderiam ser portadores de políticas institucionais, mas, ao enfrentar as adversidades Matilde Ribeiro, em sua atuação, buscou criar condições para que a comunidade negra pudesse vislumbrar possibilidades de ser tornar algo mais que um borrão na história, renovando a luta contra o racismo e o patriarcado.

Ao acompanhar, mesmo que parcialmente esta história, pode-se compreender que estamos diante de uma trajetória de lutas, conquistas (às vezes penosas) que vivemos hoje, como resultado da implementação de políticas públicas com foco na população negra, antes, distantes destas possibilidades. Sem dúvidas, como reflexo e expressão da ação de tantas mulheres, que como Matilde Ribeiro vivem e se entregam com ousadia e coragem na busca por justiça social.

Ser porta-voz de um alguns destes momentos e reverenciar o que vieram antes e nos dão uma direção para que a luta social se fortaleça em todos os campos, inclusive no institucional, como forma de se fortalecer um futuro um pouco mais emancipatório, calcado nas lutas sociais como educadora.

Não há como finalizar, sem considerar o que Matilde declara sobre esta política: “Por tudo isso, não tenho dúvidas quanto a importância e necessidade de um órgão como a SEPPIR, para que haja um monitoramento, uma sociedade civil ativa, e não só no monitoramento, mas também na pressão para que haja avanços”. (Ribeiro, 2023b, entrevista concedida)

Avançar é necessário para que se perpetue a emancipação e o combate ao racismo em todas as suas formas, a partir de atuações políticas e acadêmicas, que possam se contrapor, nos tempos mais recentes, por golpes e novas formas de opressão. Que a história nos guie, nos liberte para direitos tão arduamente conquistados!

Nota

ⁱ Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produções de conhecimento, Sociedade civil, Desenvolvimento e cidadania global; AMANDLA - Grupo de Estudos, pesquisas e extensão: políticas públicas de questões de gênero, étnico raciais, desenvolvimento e territorialidade.

ⁱⁱ De acordo com os critérios da ética na pesquisa a entrevistada autorizou verbalmente e assinou o termo de consentimento para o uso de seu nome na pesquisa.

ⁱⁱⁱ Aqui faz-se referência ao governo federal que foi eleito para o mandato de 2019 a 2023.

References

Brasil. Diretrizes curriculares nacionais. 2004. Disponível em: [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep](https://www.mec.gov.br/secretaria-de-politicas-pedagogicas-e-curriculares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educação-das-relações-étnico-raciais-e-para-o-ensino-de-história-e-cultura-afrro-brasileira-e-africana). Acesso em 18 ago. 2024.

Caderno Seppir. Promoção da igualdade racial ações desenvolvidas em 2003. Disponível em: [cadernoSEPPIR_2003_0001.pdf](https://www.mec.gov.br/secretaria-de-politicas-pedagogicas-e-curriculares/caderno-seppir-2003-0001.pdf). Acesso em: 15 fev. 2025.

Gomes, Nilma L. Educação e Identidade Negra. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, [S. I.J, v. 9, p. 38–47, 2002. DOI: [10.17851/2317-2096.9.38-47](https://doi.org/10.17851/2317-2096.9.38-47). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912>. Acesso em: 30 ago. 2024.

Goss, Karine P. Trajetórias militantes: análise de entrevistas narrativas com professores e integrantes do Movimento Negro. IN: WELLER, Vivian; PFAPP, Nicole. Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2021.

Lima, Ivan C. História da educação do/a negro/a no Brasil II: o pensamento de Maria José Lopes da Silva (RJ). Curitiba: Appris, 2021.

Lima, Ivan C. História da educação do Negro/a no Brasil: pedagogia interétnica de Salvador; uma ação de combate ao racismo. Curitiba: Appris, 2017.

Ribeiro, Matilde. Entrevista. Fortaleza. 16 de outubro. 2023a.

Ribeiro, Matilde. Entrevista. Fortaleza. 17 de novembro. 2023b.

Ribeiro, Matilde. Políticas de promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010). São Paulo: Garamond, 2014.

Schutze, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Vivian; PFAPP, Nicole. Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2021.

Silva, Joselina; PEREIRA, Amauri P. O movimento de mulheres negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

Valente, Natália P. de L.; SILVA, Solonildo. A. da; JUCÁ, Sandro S. Narrativas (auto)biográficas e formação de professores: análise das dissertações e teses produzidas no Brasil. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, [S. l.], v. 7, p. e12886, 2025. DOI: 10.47149/pemo.v7.e12886. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/12886>. Acesso em: 30 ago. 2025.

Contribuição do autor

Ivan Costa Lima: pesquisa, escrita e revisão.